



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Os arquivos da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no processo da Reengenharia da Polícia Civil

Tamy Aoki, Sonia Maria Troitiño Rodriguez – Campus de Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Arquivologia, tamy.aoki@gmail.com, Bolsa de Extensão.

Eixo: 1 "Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania"

Resumo

Desde 2012, a documentação da Delegacia da Mulher de Marília (DMM) vinha sendo organizada arquivisticamente, até que o programa de reengenharia da polícia civil foi implantado, reunindo em um só local várias unidades policiais, unindo e dividindo tarefas e consequentemente seus respectivos arquivos. Essencial, então, saber as consequências para os documentos tão sensíveis quanto os da DMM.

Palavras Chave: *polícia civil, delegacia de defesa da mulher, arquivos*

Abstract

Since 2012, the documents of Marília Women's Police Station (DMM) have been archivistically organized until the civil police reengineering program was implanted, grouping police units in one place, joining and sharing tasks and also archives. Now it is essential to know the consequences for such sensible archives as DMM's.

Keywords: *civil police, women's police station, archives*

Introdução

A partir do ano de 2012, o projeto "Sistematização e acesso à informação de gênero: identificação e organização da documentação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília (DMM)" tem se dedicado a higienizar, acondicionar, classificar e tornar disponíveis para consulta as diferentes séries documentais existentes nessa delegacia (prontuários criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados, boletins de ocorrências, entre outros). Além disso, trabalha na sistematização de informações referentes a esses documentos por meio de uma base de dados destinada tanto à localização dos mesmos, quanto à realização de estudos quantitativos e qualitativos relacionados à violência de gênero e assuntos correlatos.

Em meio a esse processo, de forma paralela, ocorria também a execução do "Projeto de Reengenharia da Polícia Civil do Estado de São Paulo", que tem por finalidade solucionar ou, no mínimo, atenuar antigas dificuldades relativas a recursos materiais e humanos que, por sua vez, influenciam diretamente na consecução de suas atividades.

Segundo a portaria DGP 48, de 4 de novembro de 2011, as ações da reengenharia são:

- Disseminar técnicas e ferramentas de gestão e de planejamento estratégico de ações policiais voltadas à prevenção, apuração de crimes e repressão qualificada da criminalidade.

- Propiciar condições objetivas para que os policiais civis envolvidos possam participar de cursos de capacitação, sempre que estes forem disponibilizados.

- Adaptar e aprimorar a estrutura física das Delegacias de Polícia, tornando-as mais adequadas ao atendimento ao público e às ocorrências de quaisquer naturezas, às atividades de polícia judiciária e investigativa, à implantação de rotinas de trabalho mais eficientes e à recepção de novas tecnologias.

Na prática, o que se observa nesse projeto é a reestruturação dos processos de trabalho, que em teoria trariam mais eficiência administrativa e redução de gastos públicos ao reunir unidades de trabalho da polícia civil – distritos policiais, delegacias especializadas, plantão e central de flagrantes em um único local – na chamada Central de Polícia Judiciária (CPJ).

Argumenta-se que em muitas cidades, décadas atrás, não houve critérios para criação de Distritos Policiais (DPs) e agora, após estudos com maior embasamento científico, com análise de incidência criminal e outras necessidades, percebeu-se que era possível aglutinar unidades policiais, otimizando



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



o trabalho policial¹. Exemplo disso é a cidade de Casa Branca que possui apenas 28.307 habitantes, mas possuía DIG, DISE, DDM e NECRIM. Outro caso é Mogi Mirim, a 153 quilômetros da Capital, que possui apenas 86 mil habitantes atendidos por 3 DPs.

O estado de São Paulo conta com dez repartições da Segurança Pública no interior do Estado denominadas DEINTER - Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior. Um projeto piloto, então denominado "Reengenharia das Unidades Policiais do Deinter-9", foi apresentado em 2008 e implantado dois anos depois por 12 meses para experimentação na região de Piracicaba (DEINTER 9). A área desse departamento abrange 2,8 milhões de habitantes distribuídos em 52 municípios com a coordenação de seis Delegacias Seccionais, correspondentes às sub-regiões de Piracicaba, Americana, Casa Branca, Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista.

O Projeto de Reengenharia contou com aprovação da maioria dos municípios e foi levado para discussão com representantes da sociedade e polícia civil. Após autorização da Secretaria de Segurança Pública o DEINTER 9 – Piracicaba publicou a portaria nº 139, em 9 de junho de 2010, estabelecendo a Comissão Geral de Planejamento e Deliberação e as Comissões de Execução e Apoio para a Implantação do Projeto de Reengenharia. No mesmo dia foi publicada também a portaria nº 140 que deu início à implantação do projeto e fixou as regras gerais de seu desenvolvimento. Logo no ano de 2010 começaram a ser aglutinados os distritos policiais de Pirassununga, Leme, Araras e Mococa.

Após o tempo determinado, o projeto recebeu autorização para ser implantado em todo o interior por meio da resolução da Secretaria de Segurança Pública SSP-175, de 21 de outubro de 2011. Com essa resolução todo o estado de São Paulo deve seguir as diretrizes para realizar a reestruturação de maneira uniforme, porém dá autonomia a cada DEINTER e Delegacias Seccionais para poderem realizar adaptações de acordo com suas necessidades locais. Ademais, pelo caráter ainda experimental da reengenharia para toda ação realizada existe a chance de ser revertida. Além disso, a Delegacia Geral de Polícia publicou a portaria DGP-44, de 29 de novembro de 2013 com novas diretrizes do projeto e paralisando momentaneamente a aglutinação, iniciando, assim, o período de avaliação

O projeto de extensão "Sistematização e acesso à informação de gênero: identificação e organização da documentação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília" tem por objetivo: 1) Tratar os documentos arquivísticos da DMM; 2) Sistematizar dados referentes à violência de gênero e outras faixas sociais (idosos e menores), atendidas por essa unidade policial; 3) A análise crítica sobre os protocolos de atendimento à pessoas em situação de risco e seus registros documentais decorrentes. A DMM localizava-se em uma casa alugada num bairro residencial e possuía rotinas próprias de funcionamento. Entretanto, com o processo de agrupamento de delegacias especializadas, distritos policiais e seus respectivos arquivos de naturezas completamente diferentes em um único espaço, a lógica dos processos de trabalho foi alterada, assim como o uso de recursos financeiros, materiais e humanos.

A Delegacia da Mulher destina-se a um público extremamente específico e fragilizado que requer atendimento personalizado. Por exemplo, reunindo diferentes delegacias, os titulares da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE) e de algum outro Distrito Policial (DP) poderiam ser responsáveis por atender também a mulheres que sofreram algum tipo de violência e ainda por cima terem acesso a documentos sobre elas com conteúdo íntimo ou de natureza "delicada"? A delegacia da mulher e seus arquivos são os que mais sofreriam alterações, sendo importante conhecer quais são e quais suas consequências no sistema de informação policial. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é verificar o impacto do programa de reengenharia sobre os protocolos de atendimento às mulheres em situação de risco e seu sistema de arquivos decorrente.

Material e Métodos

Para conhecer as diretrizes do projeto de reengenharia no estado de São Paulo e a nova forma de registro de documentos, foi realizado um levantamento de legislação sobre a temática, no Diário Oficial do Estado e em bibliotecas jurídicas (Universidade de Marília). O objetivo deste rastreamento de legislação é entender a dimensão legal da constituição da DMM e o impacto legal ocasionado pelo projeto de reengenharia. Foi também levantada uma bibliografia específica sobre direito e sobre arquivologia, que possibilitasse o embasamento teórico necessário. Da mesma forma, foi realizada pesquisa nos jornais locais a fim de entender o impacto social ocasionado por essa

Objetivos



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



mudança. Todo o material acima mencionado constituiu fonte importante para a análise dos dados coletados presencialmente em visitas à DMM ao longo deste projeto.

Entre as inúmeras leis, decretos e portarias, destacamos a Lei Maria da Penha; a Portaria do DEINTER - 9 (Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - nove) de nº 140, de 9 de junho de 2010 que deu início à implantação do projeto na região de Piracicaba; a Resolução 175 de 2011 da Secretaria de Segurança Pública que determina que cabe à Delegacia Geral de Polícia a regulamentação das diretrizes do projeto de reestruturação nos DEINTERS; a Portaria da Delegacia Geral de Polícia DGP 48, de 4 de novembro de 2011 que cria a Comissão Geral de Planejamento e Deliberação para a Implantação do Projeto de Reengenharia da Polícia Civil do Estado de São Paulo (CGPD) e estabelece outras providências; entre outras leis.

O projeto de reengenharia está atualmente em fase de experimentação em diversas cidades do estado de São Paulo e dependendo da realidade local adaptações estão sendo feitas com relação às instalações das delegacias, protocolo de atendimento, produção e organização da documentação. Por ser um projeto recente e não existirem ainda relatórios disponíveis ao público que contenham esses detalhes, a forma mais atualizada possível para conhecer o que ocorre em cada cidade é a consulta a portais de notícias de cidades locais como o Diário de Marília, Jornal da Cidade de Bauru, Comércio do Jahu, Jornal de Piracicaba e em portais que abrangem regiões do estado como o G1 que possui seções individuais para as regiões de Bauru e Marília, Presidente Prudente, Piracicaba e outras. Foram buscadas também notícias produzidas pelas assessorias de imprensa de administrações públicas como a prefeitura e a Secretaria de Segurança Pública.

Para análise, sob a perspectiva da Ciência da Informação, dos documentos produzidos pela Delegacia da Mulher foi utilizada a crítica diplomática (DURANTI, 1996) que foca no documento como uma unidade e a análise da tipologia documental (BELLOTO, 2004; TROITIÑO, 2012) que se dirige para o conjunto de documentos com características similares, denominadas séries arquivísticas, e levando em consideração o contexto relativo à produção, tramitação e registro dos mesmos.

De acordo com a portaria DGP 48, de 4 de novembro de 2011 da Delegacia Geral de Polícia, o principal objetivo da reengenharia é "contribuir para o resgate institucional da 'cultura da investigação', com o desenvolvimento de uma visão ampla e sistêmica do ambiente operacional, e o aprimoramento do processo de gestão das atividades de polícia judiciária e investigativa, com ênfase na coleta, compartilhamento e análise da informação".

A informação e, por consequência, os documentos nos quais é registrada, são primordiais porque são criados em decorrência de tarefas e funções administrativas. Dessa forma, refletem diretamente as ações de pessoas e instituições, formando subsídio para tomada de decisões e realização de atividades. Para isso a gestão documental é de fundamental importância porque abrange todas as fases do documento desde a criação e uso até o descarte ou guarda permanente.

Na tentativa de retornar à sua tradicional função investigativa, a Polícia Civil preocupa-se com atividades naturalmente arquivísticas: compreender o contexto em que as atividades são realizadas, mas principalmente a realização da gestão da informação, que pode ser definida como um "conjunto de atividades informacionais integradas com enfoque nos fluxos formais existentes no ambiente organizacional". Ela abriga a gestão documental, que abrange o "conjunto de atividades documentais integradas com enfoque na informação arquivística. existente no ambiente organizacional" e "abrange os procedimentos de produção, seleção, organização, controle, armazenamento, conservação, acesso, disseminação e destinação de documentos". (VALENTIM, 2012).

Os pontos positivos que podem ser apontados como resultados bons da reengenharia são:

- maior troca de informações entre pares, possibilitando melhor planejamento e execução;
- recursos de cada uma das unidades (pessoal, materiais, viaturas, instalações prediais, etc) compartilhados por todos, gerando operações e investigações maiores e mais rápidas, além de economia para os cofres públicos;
- enxugamento da estrutura, sem a necessidade de mais contratações, evitando possível efetivo mal selecionado e com a possibilidade de se escolher melhor os novos integrantes e lideranças;
- distribuição igualitária do serviço e alternância de plantões: enquanto um delegado faz plantão para coordenar o registro de ocorrências os outros dão sequência às investigações e inquéritos;

Resultados e Discussão



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão

- ampliação do poder de fiscalização e controle por parte de corregedores, superiores hierárquicos e também entre os próprios funcionários;

- maior possibilidade de implementação de programas, projetos e cursos de especialização;

- fim de dúvidas da população sobre quais distritos policiais cobrem determinados bairros da cidade e a qual deles recorrer.

Com relação às mudanças, inicialmente, após o anúncio da Reengenharia, surgiu de imediato, desconfiança por parte da população e do pessoal interno. Alguns jornais noticiavam que haveria fechamento de delegacias (sendo que há cidades com 3, 4 distritos policiais) e que só seria aberta uma com força de trabalho menor.

O Sindicato dos Policiais Civis da Região de Ribeirão Pretoⁱⁱ em 04 de março de 2013 posicionou-se contra a reengenharia alegando que seria uma "fórmula mágica" do estado para sanar antigos problemas como a falta de contratações e outros recursos. Alegou ainda ter ouvido de contatos em Santos e Campinas onde o processo já havia acontecido, que o resultado alcançado foi aumentar a demora no atendimento por existir só um lugar para registro de ocorrências e que isso sobrecarregaria ainda mais os funcionários.

Aparecido Lima de Carvalho, presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Campinas e Região, além de presidente da Federação dos Trabalhadores da Polícia Civil da Região Sudeste alegou em 2014 que a criação de "super-delegacias" serviria apenas para maquiar a falta de recursos humanos e materiais e ainda dificultaria o registro de boletins de ocorrência porque obrigaria pessoas que moram em lugares distantes como periferias a se deslocarem para os centros das cidades. O policial apontou também que a descentralização contribui com a sensação de segurança pelos bairros da cidade.

Com relação à prática de implantação, em Piracicaba foram aglutinados o 2º, 3º, 6º e 7º DPs enquanto que o 1º, 4º e 5º DPs, DIG, DISE, DDM e DIJU continuam separados porque estão em prédios do Estado, da Prefeitura ou da empresa Dedini, e que não causam despesas.

Em Americana só foram reunidos o 1º, 2º e 3º Distritos Policiais e o Plantão. Logo no começo do projeto, em 2011, o objetivo era construir um prédio próprio para a CPJ na cidade o que não ocorreu. Além disso, optou-se por deixar o 4º DP no mesmo local por cobrir uma área distante do centro da cidade. As delegacias especializadas, devido a sua natureza também permaneceram nos mesmos

endereços, principalmente a Delegacia de Defesa da Mulher.

Entretanto, na portaria DGP 48, de 2011 no artigo 7º, inciso II é aconselhado a inclusão de delegacias especializadas sempre que possível e não obrigatório devido a particularidades no trabalho e nas vítimas atendidas. Ainda assim a portaria DGP 44, de 2013 trouxe modificações, transformando essa possibilidade em algo que deve ser feito apenas em casos extremos e que, caso ocorra, a inclusão possa ser revertida.

Essa última portaria foi editada devido ao que aconteceu em cidades como Rio Claro, do DEINTER 9 – uma das primeiras cidades a passar pelo projeto-piloto. Por mais que existisse a sala de atendimento exclusivo às mulheres vítimas de violência, houve grande descontentamento por parte de setores da sociedade e na câmara de vereadores a ponto de ser solicitado um local para que a Delegacia de Defesa da Mulher passe a atender em prédio próprio. A Comissão de Mulheres conseguiu uma área anexa à Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro que precisou de reformas e "contará com duas salas destinadas aos delegados e investigadores, cela, sala de espera infantil e sanitários".

Na cidade de Araras a DDM foi reativada em 17 de dezembro de 2014 com um quadro de funcionárias e estagiárias, passando a atender também a crianças, jovens e idosos. Ela havia sido desativada em 2008 e seu atendimento foi transferido para a Delegacia Participativa que possuía um ambiente agradável e amigável, atendimento humanizado e semarceragens. Em 2013 dois DPs foram desativados e inclusos nessa delegacia que posteriormente ficou conhecida como Central de Polícia. A Delegacia Seccional de Limeira e o Deinter 9 de Piracicaba receberam pedidos para reativação e a administração da Polícia Civil do Estado de São Paulo deu autorização.

A fim de melhor visualizar o processo de reestruturação no Estado de São Paulo, construímos uma cronologia das cidades que já passaram por esse processo:

2010

- (DEINTER 9) Aglutinação dos distritos policiais começa em Pirassununga, Leme, Araras e Mococa
- (DEINTER 6) Santos: 1 de junho
- (DEINTER 9) Rio Claro (DDM vai se separar provavelmente em 2015)

2012



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



- Inauguração das Centrais de Polícia Judiciária (CPJ):
 - (DEINTER 2) Indaiatubaⁱⁱⁱ: 1º DP e DDM – 25 de abril
 - (DEINTER 2) Mogi-Mirim^{iv}: 1º a 3º DP – 28 de dezembro

2013

- Inauguração das Centrais de Polícia Judiciária (CPJ):
 - (DEINTER 8) Presidente Prudente: 1º a 6 DP e NECRIM – janeiro
 - (DEINTER 4) Santa Cruz do Rio Pardo^v: Delegacia do Município, no 1º (DP) e DDM – 18 de abril
 - (DEINTER 4) Bauru^{vi}: 1º a 4º DP; DIG; DISE; DDM; DIJU; NECRIM – 25 de abril
 - (DEINTER 5) Jales: 1º e 2º DP; DIG; DISE; DDM – 4 de julho
 - (DEINTER 6) Jacupiranga^{vii}: 1º e 2º DP; DIG; DISE – 14 de setembro
 - (DEINTER 4) Assis^{viii}: DIG; DISE; DDM – 3 de outubro

2014

- Inauguração das Centrais de Polícia Judiciária (CPJ):
 - (DEINTER 9) Americana^{ix}: 1º a 3º DP – 08 de setembro
 - (DEINTER 4) Jaú^x: 1º a 3º DP; DIG; DISE; DDM; NECRIM – 1 de outubro

2015

- Inauguração das Centrais de Polícia Judiciária (CPJ):
 - (DEINTER 4) Marília^{xi}: 1º a 5º DP; DIG; DISE; DDM – 10 de fevereiro
 - (DEINTER 9) Piracicaba^{xii}: 2º, 3º, 6º e 7º (1º, 4º, 5º DPs; DIG; DISE; DDM; DIJU continuam separados porque estão em prédios do estado, da prefeitura e da empresa Dedini que não causam despesas) – 15 de junho
- Outros ocorridos:
 - (DEINTER 4) Ourinhos: 1º a 3º DP (DIG; DISE; DDM continuam nos mesmos endereços)
 - (DEINTER 4) Tupã^{xiii}: 1º a 3º DP, DIG, DISE, DDM, NECRIM (Ainda não foi instalada pois ainda está em obras)
- Em andamento:
 - (DEINTER 3) Barretos: Portaria DGP-45, de 29-12-2014^{xiv} destinou terreno à CPJ em 30/12/2014 e comissão de licitação formada para contratar profissional para projeto de construção

de acordo com portaria do Delegado da Seccional de Barretos, de 4-2-2015

- (DEINTER 3) Araraquara^{xv}: 1º a 4º DP e DDM (projeto liberado em 2013, mas ainda não concretizado)

Em Marília, especificamente, a Central de Polícia Judiciária (CPJ) foi inaugurada em 10 de fevereiro de 2015 no antigo prédio da cervejaria Antártica, na Av. Castro Alves nº 61, com atendimento ao público na Rua Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, 48. Nela foram reunidos os cinco Distritos Policiais e as delegacias especializadas de Marília - de Defesa da Mulher (DDM), de Investigações Gerais (DIG), de Investigações sobre Entorpecentes (DISE) e o Setor de Investigação (SIG) da Seccional, além do Plantão Policial, Instituto de Identificação e Núcleo Especial Criminal (Necrim). Antes disso as unidades ficavam espalhadas em nove prédios em todas as regiões da cidade, conforme relação abaixo:

Distritos Policiais

- **1º DP** – Av. República, 1711 – Palmital - CEP 17509-032 (Zona Norte);
- **2º DP** – R. Alcides Nunes, 2161 - Jd Parati - CEP 17519-480 (Zona Sul);
- **3º DP** – Av. Gonçalves Dias, 453 - Centro - CEP 17501-030 (Centro);
- **4º DP** – R. Sete de Setembro, 1329 - Alto Cafezal - CEP 17502-020 (Zona Oeste);
- **5º DP** – R. Topázios, 55 - Jd Maria Izabel - CEP 17516-280 (Zona Leste)

Delegacias especializadas

- **Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)** – R. Luiz Pereira Barreto, 201 - Jardim Maria Izabel - CEP 17515-320 (Zona Leste);
- **Delegacia de Investigações Gerais (DIG)** – R. Sete de Setembro, 1212 - Alto Cafezal - CEP 17502-020 (Zona Oeste);
- **Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE)** – Av. Gonçalves Dias, 427 – Centro - CEP 17501-030 (Centro);

Outros serviços

- **Instituto de identificação** - Av. Gonçalves Dias, 443 - Centro - CEP 17501-030 (Centro);
- **Plantão Policial** – R. Amazonas, 147 – Cascata – CEP 17509-120 (Zona Leste);
- **Necrim (Núcleo Especial Criminal)** – Av. Santo Antônio, 845 – Bairro Alto Cafezal – CEP 17504-020 (Zona Oeste).

De acordo com a Marília Transparente (MATRA), organização não governamental sem fins lucrativos



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão

e político-partidários, a Delegacia Seccional de Polícia de Marília firmou contrato de aluguel do novo prédio com a empresa Agri Trading Marília Ltda no valor total de R\$ 4.242.000,00. O valor mensal inicial será de R\$ 70.700,00, com prazo de locação de 60 meses – de 23 de junho de 2014 a 22 de junho de 2019.

O prédio do CPJ possui 7,2 mil metros quadrados e está dividido em três andares. Recebeu várias adaptações para que essas unidades da polícia civil fossem acomodadas. As instalações contam com 151 salas, sala de imprensa e brinquedoteca para as mães que trazem seus filhos.

O projeto do prédio conta ainda com câmeras de segurança espalhadas e 8 celas com vasos sanitários para os presos ficarem até serem transferidos ao presídio. Policiais militares e civis que chegarem com ocorrências entrarão com viaturas e presos pelo portão na Avenida Castro Alves a fim de vítimas e criminosos não terem contato durante o atendimento das ocorrências.

O térreo abriga o Necrim e o Posto de Identificação. No segundo pavimento fica um depósito para objetos, armas e drogas, sala dos investigadores, 40 gabinetes para escrivães e o cartório central. No último piso há um auditório para 160 pessoas, sala de reunião, gabinetes dos delegados, setor de inteligência e uma academia para policiais se exercitarem.

Segundo o portal de notícias G1^{xvi}, para o delegado seccional Luiz Fernando Quinteiro, a mudança visa aperfeiçoar o trabalho de polícia judiciária já que estando todas as delegacias em um único local facilita-se a troca de informações, trazendo celeridade ao atendimento às vítimas e ao andamento das investigações. Além disso, o prédio localiza-se na área central da cidade sendo de fácil acesso.

A mudança ocorreu de forma gradativa começando na semana do dia 24 de junho de 2014^{xvii} com o 1º, 2º e 3º Distritos Policiais das zonas Norte, Sul e Centro, respectivamente, além do Núcleo Especial Criminal (Necrim).

Posteriormente foram transferidos para o local o 4º e 5º Distritos Policiais, Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes (Dise), Delegacia de Investigações Gerais (DIG) e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

Em 29 de setembro de 2014^{xviii}, o Plantão Policial antes situado à Rua Amazonas, foi a última unidade da polícia civil a ocupar as dependências do Centro de Polícia Judiciária e continuará funcionando 24 horas por dia no piso térreo.

As folhas de ponto continuam a corresponder às unidades de origem e com relação aos registros, de

8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, 2015. Os arquivos da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no processo da Reengenharia da Polícia Civil, Tamy Aoki, Sonia Maria Troitiño Rodriguez – ISSN 2176-9761

acordo com a portaria da Delegacia Geral de Polícia de São Paulo DGP 48, de 2011, passará a existir apenas um cartório e um setor de investigação. Essa é uma medida de grande impacto na cultura administrativa das unidades policiais, posto que estas devem suspender os livros que até então usavam e adotar os da unidade policial com o maior volume de boletins de ocorrência. Além disso, dados estatísticos e prestação de contas passaram a ser geradas a partir dos livros adotados. Contudo, informações relativas à violência de gênero e aos crimes de drogas continuarão a ser feitos de forma separada.

Conclusões

O projeto de Reengenharia pode não se configurar como a melhor solução existente, mas para o presente momento talvez seja a mais viável. Idealmente não é de fato aconselhável que delegacias da mulher, por seu caráter e perfil de atendimento, compartilhem espaço com outras unidades policiais, sejam distritos ou delegacias especializadas, devido à condição de fragilidade em que se encontram as vítimas.

No entanto, nas cidades em que foi possível o agrupamento, as medidas adotadas em relação ao impacto ocasionado na organização documental pelo processo de reengenharia sobre a Delegacia da Mulher são razoáveis. Certos documentos, como Boletins de Ocorrência, de acordo com sua espécie documental apresentam características similares, com tramitação e arquivamento direcionados para as delegacias especializadas, conforme a gravidade do caso. Como as ocorrências, especialmente as atendidas pela DMM, pela sua natureza, requerem um cuidado maior no atendimento às vítimas, o processo de atendimento influencia a execução de atividades e, por consequência, dos registros ora gerados. Assim, nota-se o impacto de todo esse processo na produção documental da DMM.

Agradecimentos

Agradecimentos à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher da cidade de Marília.

BELLOTTI, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (Sevilla): S&C, 1996.

REENGENHARIA da polícia vai unificar 4 distritos no Centro de Piracicaba, SP. **Portal G1**, Piracicaba e região, 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/06/sem->



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROEXTENSÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

funcionarios-policia-unifica-4-distritos-em-uma-sede-em-piracicaba.htm>. Acesso em: 01 ago. 2015.

TROITIÑO, S. A Tipologia Documental como Instrumento para a Seriação de Documentos. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica Ed., 2012. p. 243-258.

TROITIÑO, S.; MARTINS, R. Sistematização e acesso à informação de gênero: identificação e organização da documentação da delegacia de

polícia de defesa da mulher de Marília. In: **7º Congresso de Extensão Universitária da UNESP**, 2013, Águas de Lindóia. A Inovação para o Desenvolvimento Social: políticas públicas e internacionalização. São Paulo: UNESP, 2013.

VALENTIN, M. L.P. Gestão documental em ambientes empresariais. In: VALENTIN, Marta (org). **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012, p. 11-26.

ⁱ <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=20619>

ⁱⁱ http://www.sinpolrp.com.br/show_info.php?cod=20

ⁱⁱⁱ <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=27435>

^{iv} <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=30269>

^v <http://www.reporternarua.com.br/noticia.php?id=11637>

^{vi} <http://www.jcnet.com.br/Policia/2015/01/cpj-inqueritos-concluidos-crescem.html>

^{vii} Portaria DSPJ-13, de 30-9-2013 - Regulamenta funcionamento da CPJ

^{viii} <http://www.vozdaterra.com.br/policia/item/2382-central-de-policia-judiciaria-de-assis-completa-um-ano.html>

^{ix} <http://www.seuplaneta.com.br/Americana/2014/06/americana-ganhara-superdelegacia.html>

^x <http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1311897/centro-de-policia-comeca-a-fazer-registro-de-ocorrencias>

^{xi} <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=239614>

^{xii} <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/06/sem-funcionarios-policia-unifica-4-distritos-em-uma-sede-em-piracicaba.html>

^{xiii} <http://www.tupacity.com/?id=81-24159>

^{xiv} <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/82772575/dosp-executivo-caderno-1-30-12-2014-pg-25>

^{xv} http://www.araraquara.com/noticias/cidades/cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=1034292

^{xvi} <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/07/centro-de-policia-judiciaria-de-marilia-tera-dez-unidades-no-mesmo-predio.html>

^{xvii} <http://www.visaonoticias.com/noticia/9199/policia-civil-comeca-hoje-as-mudancas-para-novo-predio>

^{xviii} <http://www.diariodemarilia.com.br/noticia/134404/plantao-muda-de-endereco-na-2>